





# Índice

<b>Relatório do Conselho de Administração</b>	<b>08</b>
<b>1. Enquadramento Geral da Atividade</b>	<b>10</b>
Enquadramento Económico	12
Enquadramento do Setor Segurador 2016	14
<b>2. Síntese Global da Atividade</b>	<b>20</b>
<b>3. Corporate Governance</b>	<b>24</b>
Órgãos Sociais	26
Política de Remunerações	28
Regras de Conduta	30
<b>4. Proposta de Aplicação de Resultados</b>	<b>32</b>

## Relatório do Conselho de Administração

Dando cumprimento aos preceitos legais e estatutários, vem o Conselho de Administração da **Ageas Portugal Holdings** submeter à apreciação da Assembleia Geral o Relatório de Gestão e Contas referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

# 1. Enquadramento Geral da Atividade

# 1. Enquadramento Geral da Atividade

## Enquadramento Económico

### Enquadramento Económico Mundial

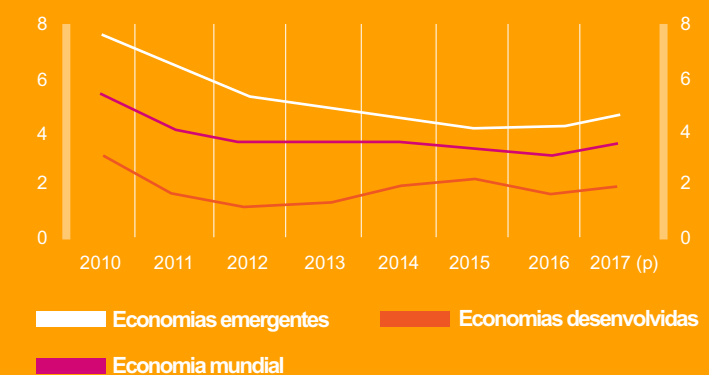
De acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), em 2016, a economia mundial abrandou pelo segundo ano consecutivo, desta feita devido ao menor dinamismo dos países desenvolvidos, uma vez que os emergentes mantiveram a cadência da expansão.

Nos EUA, a taxa de variação do PIB foi de 1,6%, o que corresponde ao ritmo mais fraco dos últimos sete anos. Tal desempenho deveu-se à contração do investimento dos não residentes e à desaceleração da componente dos residentes, num quadro de maior incerteza política.

Na Área do Euro, a generalidade dos Estados-membros continuou a crescer a níveis inferiores ao seu potencial, apesar do desempenho favorável do consumo, que tem vindo a ser suportado pela melhoria do emprego e pelo baixo nível de taxas de juro e dos preços da energia. De entre as principais economias desenvolvidas, o Reino Unido destacou-se por ter mantido um nível robusto de crescimento (1,8%), não obstante da incerteza inerente à decisão britânica de saída da União Europeia.

No plano das economias emergentes destaca-se a evolução positiva na China, situação que contrastou com a permanência das economias do Brasil e da Rússia em estado recessivo.

### Economia Global abrandou em 2016 Taxa de variação anual do PIB real (em %)



Fonte: FMI WEO (janeiro de 2017)

Em 2017, a retoma da economia global a padrões de crescimento mais próximos da média histórica está sujeita a um importante conjunto de riscos, designadamente de índole geopolítica, decorrentes do processo de saída do Reino Unido da União Europeia e da realização de eleições legislativas em vários Estados-Membros da área do euro, aos quais acresce a possibilidade de um movimento de correção dos mercados financeiros, após as expressivas valorizações registadas no decurso do ano de 2016 em várias classes de ativos.

Apesar do aumento da inflação resultante da recuperação do preço do petróleo, o elevado nível de endividamento e a progressão

moderada da economia ditaram a manutenção de um amplo grau de acomodação monetária à escala global. Com exceção da Reserva Federal dos EUA, que voltou a subir marginalmente a sua taxa diretora em dezembro de 2016, a maioria dos principais bancos centrais manteve ou intensificou o grau expansionista da sua política. O BCE colocou a "taxa de juro permanente da facilidade de depósito" em valores ainda mais negativos (-0,40%) e alargou o espectro das operações de compra de títulos de dívida a emitentes empresariais, para além de ter estendido a vigência do programa até ao final de 2017. Em consequência destas medidas, as taxas de juro Euribor fecharam o ano em valores negativos em todos os prazos.

Perspetivas para a Economia Portuguesa

De acordo com a estimativa do INE, o PIB português cresceu 1,4% em 2016, abaixo dos 1,6% registados em 2015. A menor robustez da atividade económica decorreu essencialmente da contração do investimento e, em menor grau, do abrandamento do consumo privado. A procura externa líquida terá tido um contributo negativo, ainda que menos acentuado que no ano anterior, beneficiando do excecional dinamismo do turismo, bem como da resiliência das exportações de bens para a União Europeia.

Em 2017, a tendência de recuperação deverá manter-se suportada pela procura interna, impulsionada pela solidez do consumo privado e, também, pela melhoria do investimento, num contexto de maior

confiança proporcionada pela consolidação da retoma em Portugal. Contudo, o risco de abrandamento internacional associado ao aumento da incerteza geopolítica, bem como a possibilidade de correção nos mercados financeiros, constituem potenciais obstáculos à sustentação da expansão da economia nacional.

No que respeita às finanças públicas, a continuação do processo de recuperação da atividade económica, a par com o recurso a medidas de cariz extraordinário, resultaram numa redução do défice orçamental, de 4,4% para níveis claramente inferiores a 3,0%, o que deverá permitir a saída de Portugal do Procedimento de Défices Excessivos.

A análise por segmentos apresenta uma evolução distinta. Enquanto que em **Vida** se verificou uma quebra de 23,0% (menos 2,0 mil milhões de euros que em 2015), com o volume de prémios a atingir cerca de 6,8 mil milhões de euros, o segmento

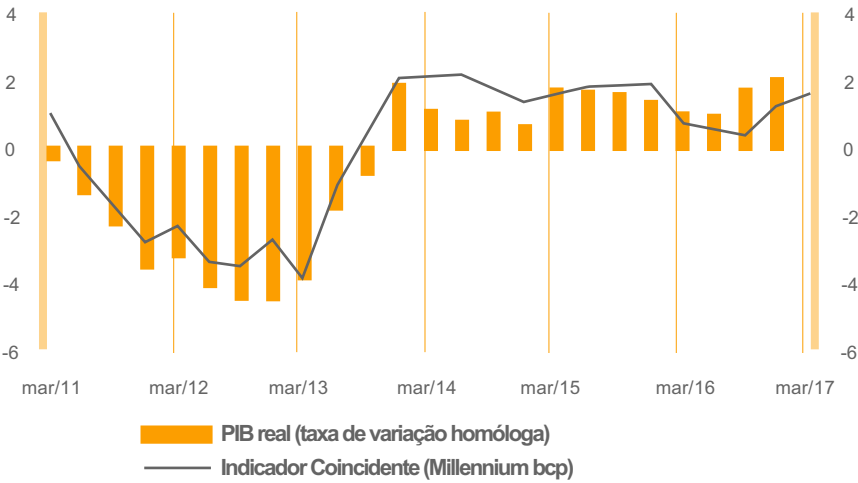
**Não Vida** apresenta um crescimento de 5,0%, atingindo um volume de produção próximo dos 4,2 mil milhões de euros e tendo registando variações positivas na maioria dos ramos. Este efeito está associado a sinais de recuperação económica.

Prémios de Seguro Direto e Contratos de Investimento - Atividade em Portugal  
(Milhões de euros)

Ramos	2016	2015	2014	Var. 16/15	Var. 15/14	Var. 14/13
Vida	6.676	8.669	10.439	-23,0%	-17,0%	12,9%
Não vida	4.196	3.994	3.849	5,0%	3,8%	-0,2%
Total	10.872	12.664	14.289	-14,1%	-11,4%	9,0%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Economia Portuguesa prossegue em recuperação



Fonte: Datastream e Millennium BCP

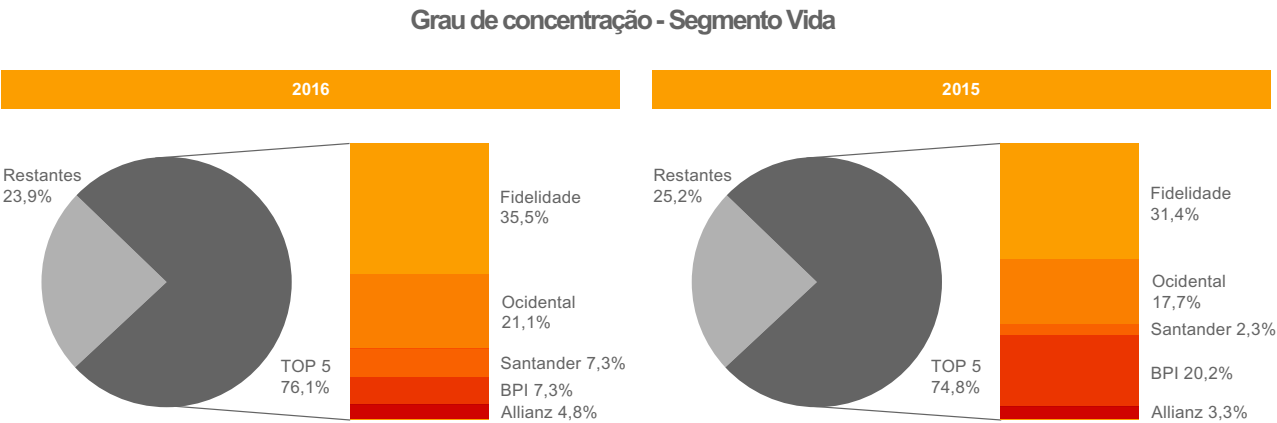
Enquadramento do Setor Segurador 2016

No ano de 2016, o setor segurador Vida e Não Vida, em conjunto, registou um decréscimo de 14,1% da produção de seguro direto, ascendendo a 10,9 mil milhões de euros.

A diminuição da produção em 2016 foi na ordem dos 1,8 mil milhões de euros. Este decréscimo está influenciado pela falta de atratividade dos produtos financeiros, dado o clima de taxas de juro baixas, bem como pelos novos requisitos da Solvência II.

Os últimos três anos foram anos de grandes mudanças no setor segurador com alterações significativas em diversas Seguradoras. Em 2014, com a venda da Fidelidade, Multicare e Cares, a empresa de capitais chineses Fosun passou a ser o maior operador de seguros em Portugal, tendo o Estado, através da Caixa Geral de Depósitos, reduzido a sua participação nestas Companhias para 15%. No início de 2015, o Novo Banco concluiu a venda da Companhia de Seguros Tranquilidade ao fundo de investimentos Apollo Management, após acordo de intenções assinado em setembro 2014. Em 2015 foi anunciada a aquisição por parte do Grupo belga Ageas de 100% do negócio da Axa Portugal. Em 2016, a AXA Portugal passou a denominar-se Ageas Seguros, tendo este ano também sido marcado pela fusão por incorporação na Tranquilidade das companhias Logo, T-Vida e Açoreana, tendo passado este grupo a denominar-se Seguradoras Unidas S.A. desde 27 de dezembro de 2016.

No que respeita ao **grau de concentração** da indústria, observou-se em 2016 um forte reforço na convergência do mercado em torno dos cinco maiores grupos seguradores. Esta concentração ficou sobretudo a dever-se ao segmento Vida, no qual os cinco principais grupos representavam cerca de 76% do total dos prémios, mais 1,3 pontos percentuais comparativamente a 2015. Em Não Vida, com a fusão que deu origem às Seguradoras Unidas, este segmento que tradicionalmente era muito mais fragmentado, passou a estar mais concentrado, uma vez que há menos *players* a operarem no mercado. Deste modo, e graças ao crescimento observado no mercado segurador neste segmento, verifica-se um aumento da concentração de 64% para 66%, ao nível dos 5 maiores grupos. É no entanto notória a perda de posição do BPI, tanto em Vida como em Não Vida.



Em maio de 2015, e no âmbito das diretrizes da Comissão Europeia, foi aprovado no Parlamento o decreto-lei do denominado regime de Solvência II, tendo o mesmo entrado em vigor a 1 de janeiro de 2016. Em traços gerais, este novo regime implica a avaliação de ativos e passivos de forma consistente baseada em princípios económicos e um maior alinhamento das exigências regulamentares de capital com os riscos efetivamente assumidos pelas empresas. O principal objetivo tem que ver, por um lado, com o reforço da solidez financeira das empresas de seguro e resseguro a operar no mercado económico europeu e, por outro, salvaguardar uma maior proteção dos tomadores de seguros, segurados e beneficiados.

Por último, uma palavra relativa aos múltiplos canais de distribuição, nomeadamente ao desafio crescente do canal digital e ao seu papel na construção da visão do Cliente de seguros. O mercado (os consumidores) tem vindo a exigir uma maior variedade de escolhas na sua relação com as seguradoras, bem como níveis de serviços que já tem noutras indústrias, como na banca ou

retalho. A questão tem cada vez mais que ver com possibilitar ao Cliente experiências semelhantes, seja qual tenha sido o canal elegido, podendo por exemplo optar por mudar de canal, mesmo dentro de um único processo de compra e manter tudo o que é para si relevante: variedade de produtos, preços, rapidez, qualidade i.e. todos os fatores decisivos num processo de decisão de compra. Tal implica por parte das Seguradoras uma forte aposta na transformação dos atuais sistemas informáticos de modo a proporcionar uma melhor articulação entre os canais de distribuição e respetivas áreas de negócio ou *back-office*.

De realçar também o papel de carácter social dos Seguros, pela criação de postos de trabalho, dinamização do mercado financeiro, bem como na sua forte contribuição ao nível dos impostos.

Análise dos Ramos Vida

Em 2016, o **segmento de Vida** do mercado atingiu um volume de negócios de 6,7 mil milhões de euros, refletindo um abrandamento de 23,0% como consequência da

retração dos produtos de poupança, os mais afetados por uma conjuntura que continua a aliar as baixas taxas de juro de longo prazo a uma redução da taxa de poupança dos particulares e à entrada em vigor de um regime de solvência mais sensível aos

riscos inerentes a garantias financeiras. Essa evolução desfavorável conduziu a uma diminuição do peso do ramo Vida no total da carteira de prémios de seguro direto do setor de menos 7 pontos percentuais face ao ano transato (61% em 2016 contra 68% em 2015).

Prémios de Seguro Direto e Contratos de Investimento - Atividade em Portugal (Milhões de euros)

Ramos	2016	2015	2014	Var. 16/15	Var. 15/14	Var. 14/13
Produtos de Capitalização	3.989	5.815	7.072	-31,4%	-17,8%	4,5%
Produtos de Unit Linked	1.540	2.100	1.982	-26,7%	6,0%	5,5%
Produtos de Poupança	2.449	3.715	5.091	-34,1%	-27,0%	4,1%
Produtos Poupança Reforma	1.717	1.897	2.452	-9,5%	-22,6%	56,9%
Risco e Rendas	971	957	915	1,4%	4,6%	-0,3%
Total	6.676	8.669	10.439	-23,0%	-17,0%	12,9%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Os produtos de Capitalização, nos quais se incluem os contratos de seguros de poupança (2,4 mil milhões de euros) com um peso de 37% da receita de Vida, mantiveram a tendência decrescente existente desde 2015, terminando o ano de 2016 com uma contração de 34,1% (-1,3 mil milhões de euros). Por sua vez, os produtos Capitalização também incluem os contratos de investimento (também denominados Unit Linked), tendo estes contratos invertido a tendência positiva dos últimos anos, apresentando um decréscimo de 26,7%, indiciando uma quebra na procura de soluções financeiras do setor segurador.

Neste quadro de enfraquecimento global das poupanças, destacaram-se também os Planos de Poupança e Reforma (PPR) que

embora apresentem um abrandamento de 9,5%, registaram um aumento de 3,8 pontos percentuais no seu peso (25,7% em 2016 e 21,9% em 2015). De destacar que desde 2015 voltaram alguns benefícios fiscais, muito embora de pequena expressão.

Em 2016, observa-se a importância do canal de *Bancassurance* como o grande impulsionador deste segmento, tendo o seu peso no total da receita Vida sido 75%, muito embora haja um decréscimo de 7 pontos percentuais face ao ano anterior.

No final do ano de 2016, o mercado registou um *stock* de provisões matemáticas de 38,7 mil milhões de euros, tendo-se verificado a diminuição das reservas dos produtos de Capitalização (-12,9%) e Unit linked (-8,2%).



Análise dos Ramos Não Vida

Em 2016, o segmento Não Vida manteve a tendência crescente que se verificou em 2015, com um crescimento de +5,0%, atingindo um volume de produção de 4,2 mil milhões de euros, tendo melhorado o desempenho face ao ano anterior em praticamente todos os ramos.

Esta evolução favorável permitiu um reforço no peso dos ramos Não Vida no total da carteira de prémios de seguro direto para os 39%, o que representa um aumento de 7 pontos percentuais face a 2015.

O rácio de sinistralidade do mercado Não Vida encerrou o ano com 65,6% sobre os prémios adquiridos, registando um incremento de 1,3 pontos percentuais face a igual período do ano anterior.

Ramos	2016	2015	2014	Var. 16/15	Var. 15/14	Var. 14/13
Automóvel	1.624	1.554	1.522	4,5%	2,1%	-1,8%
Incêndio	776	764	749	1,6%	2,0%	-1,5%
Doença	694	633	589	9,6%	7,5%	3,3%
Acidentes de Trabalho	624	556	516	12,2%	7,8%	0,9%
Acidentes Pessoais	164	162	154	1,4%	5,2%	2,3%
Outros ramos	313	325	319	-3,6%	2,1%	0,9%
Total	4.196	3.994	3.849	5,0%	3,8%	-0,2%

Destaca-se a evolução positiva dos seguros de Saúde com um crescimento de 9,6%, confirmando-se o acesso a cuidados de saúde no setor privado um serviço de valor acrescentado e complementar ao sistema de saúde público.

É um ramo que demonstra elevado potencial de crescimento, quer pela complementaridade ao sistema público, envelhecimento crescente da população ou procura de respostas mais rápidas e de melhor qualidade.

O ramo de Acidentes de trabalho apresenta um crescimento de 12,2%, evidenciando uma recuperação da economia quer por via do aumento da massa salarial e da redução do nível do desemprego, quer pelo reflexo no aumento das tarifas decorrentes das elevadas taxas de sinistralidade.

Mais moderadamente evoluiu o Incêndio, com 1,6% de crescimento. Tem havido um esforço crescente para este tipo de proteção de gestão de património e negócios, bem como a expansão do seguro de colheitas.

De salientar, ainda, que o ramo Automóvel, que representa cerca de 39% do total do segmento Não Vida, mantém uma evolução positiva de 4,5%, embora esta seja ligeiramente mais ténue que a de 2015 (2,1%). Esta evolução não significa necessariamente o crescimento do número de veículos seguros, mas sim o reflexo de um prémio médio mais ajustado, representando uma evolução marcante em relação à evolução dos últimos anos no ramo.

Taxas de sinistralidade

Ramos	2016	2015	2014
Automóvel	66,1%	65,6%	60,2%
Incêndio	48,7%	40,8%	49,3%
Acidentes de Trabalho	100,7%	100,0%	104,2%
Doença	72,2%	75,2%	75,0%
Total	65,6%	64,3%	64,5%

Fonte: Associação Portuguesa de Seguradores

Em termos de sinistralidade dos ramos Não Vida pode dizer-se que 2016 foi muito afetado por intempéries e grandes incêndios, tendo estes acontecimentos provocado um impacto negativo de 7,9 pontos percentuais no rácio de Incêndio, que termina 2016 com uma sinistralidade de 48,7%. De entre as diversas intempéries e incêndios ocorridos ao longo do ano, destaca-se pela grandeza: as inundações ocorridas no Mondego no início do ano, o incêndio ocorrido em agosto na Madeira, o incêndio ocorrido em Messines e o incêndio que destruiu mais de 400 viaturas no parque de estacionamento do festival Andanças.

Automóvel mantém um comportamento de deterioração da sinistralidade, em parte, fruto duma maior pressão concorrencial

mas também devido ao aumento da sinistralidade rodoviária, muito por via do incremento da utilização indevida do telemóvel durante a condução.

Em contraste, Doença inverte a tendência negativa verificada no período homólogo e apresenta uma melhoria de 3 pontos percentuais, muito graças ao aumento dos prémios adquiridos.

Em Acidentes de trabalho a taxa é superior a 100%, pelo que há que prestar especial atenção à rentabilidade do ramo e ajustes de tarifa. A Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões tem prestado especial atenção a este tema, com a recolha de maior informação, por forma a impulsionar a mudança no mercado.

# 2. Síntese Global da Atividade

## 2. Síntese Global da Atividade

A Ageas Portugal Holdings, SGPS, S.A. ('APH') é uma sociedade comercial anónima de direito Português, que se dedica ao exercício da gestão de participações sociais, sendo a estrutura de topo nas sociedades incorporadas em Portugal que compõem o Grupo Ageas.

A APH foi constituída em 2015, para efeitos da aquisição das sociedades comerciais que transitaram do Grupo AXA para o Grupo Ageas, o que veio a ocorrer formalmente em 1 de abril de 2016, após todas as consultas aos representantes dos trabalhadores e as aprovações regulamentares necessárias. Nessa data, a APH tornou-se assim a acionista única da Ageas Portugal – Companhia de Seguros de Vida, S.A. e a acionista maioritária da Ageas Portugal – Companhia de Seguros, S.A.

A detenção enquanto acionista única nesta última sociedade apenas veio a ocorrer em agosto de 2016, com a conclusão do processo de aquisição potestativa, que excluiu os acionistas minoritários que marcavam a grande dispersão de capital social, mediante o cumprimento de todos os requisitos legais previstos para esse processo.

Mais se refira em junho de 2016 ocorreu um aumento de capital social na APH, para a posterior capitalização da Ageas Portugal –

Companhia de Seguros, S.A. e na medida do que viesse a ser necessário em termos de reforço de margens de solvência, no valor de 420.000,00 euros – passando o capital social dos atuais 1.050.000,00 euros para 1.470.000,00 euros – com prémio de emissão no valor global de 83.580.000,00 euros e na modalidade de entradas em dinheiro, com subscrição imediata e realização pela acionista única Ageas Insurance International, N.V., que subscreveu 420.000 novas ações, o que corresponde a um preço global das ações a subscrever de 84.000.000,00 euros.

Sucede que, ainda em 2016, mais concretamente em dezembro, a APH consolidou a sua posição enquanto a entidade acionista do Grupo Ageas em Portugal, por intermédio da transferência das seguintes ações: 2.499.999 ações (representativas de 99,99% do capital social) da empresa de seguros Ocidental – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., 2.399.999 ações (representativas de 99,99% do capital social) da empresa de seguros Médis – Companhia Portuguesa de Seguros de Saúde, S.A. e ainda 79.050.242 ações (representativas de 51% do capital social) da empresa MillenniumBCP Ageas Grupo Segurador, SGPS, S.A.

Esta transferência de ações correspondeu a um aumento do capital social, por entradas

em espécie realizadas pela acionista única – Ageas Insurance International N.V. – no montante de 100.000,00 euros, passando de 1.470.000,00 euros para 1.570.000,00 euros, com emissão de 100.000 novas ações ordinárias escriturais, e com ágio global de 600.072.709,00 euros, correspondendo a um preço global das ações a subscrever de 600.172.709,00 euros.

Atualmente, a APH lidera a estrutura acionista local do Grupo Ageas, atuando no mercado Português através de uma estratégia integrada. Para além do cumprimento das leis e regulamentos, a garantia do cumprimento das recomendações e boas regras de governo das sociedades é uma preocupação da APH.

A Ageas Portugal Holdings exerceu pela primeira vez atividade no ano de 2016.

No exercício de 2016 foram registados como proveitos 78.596 euros de serviços prestados às várias Associadas, mais que compensando custos com fornecimentos e serviços externos (trabalho especializado), gastos com remuneração dos Conselho Fiscal e juros negativos de depósitos à ordem.

No final de 2016, a Ageas Portugal Holdings registou um resultado líquido do exercício de 960 euros (novecentos e sessenta euros).

# 3. Corporate Governance

## 3. Corporate Governance

### Órgãos Sociais

#### Assembleia Geral

À Assembleia Geral compete-lhe as competências previstas nos termos legais e estatutários, em especial a eleição da Mesa da Assembleia Geral, dos membros do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal ou do Fiscal Único e do Revisor Oficial de Contas, bem como definir direta ou indiretamente as remunerações ou outros benefícios dos membros dos órgãos sociais.

A Mesa da Assembleia Geral é composta por um Presidente e um Secretário, eleitos por quatro anos e reelegíveis por uma ou mais vezes.

#### Administração e Fiscalização

A estrutura de administração e de fiscalização adotada inclui um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Revisor Oficial de Contas.

#### Conselho de Administração

O Conselho de Administração é composto por três membros, eleitos pela Assembleia Geral,

por um período de quatro anos e reelegíveis uma ou mais vezes, designando ainda qual o respetivo Presidente. Está previsto que o Conselho de Administração reúna sempre que necessário e, pelo menos, uma vez por trimestre, sendo convocado com antecedência mínima de cinco dias.

Em 31 de dezembro de 2016, o Conselho de Administração era constituído por um Presidente (Antonio Cano Y Bosque) e por quatro vogais (Barry Duncan Smith, Filip André Lodewijk Coremans, Richard David Jackson e Stefan Georges Leon Braekeveldt).

#### Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um ou dois suplentes, que são eleitos, pelo período de quatro exercícios sociais, sendo renováveis por uma ou mais vezes, pela Assembleia Geral que também designa o respetivo Presidente. Reúne nos prazos estabelecidos na lei e pelo menos uma vez por trimestre, e, bem assim, sempre que convocada pelo seu Presidente ou pelo Conselho de Administração. Em 31 de dezembro encontrava-se por nomear o terceiro membro do Conselho Fiscal,

considerando a renúncia em maio de 2016 do anterior membro nomeado.

A fiscalização externa é ainda exercida por um Revisor Oficial de Contas e respetivo suplente, ambos independentes.

Os membros do Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas, sempre que o julguem conveniente, poderão assistir às reuniões do Conselho de Administração.

#### Secretário da Sociedade

O Conselho de Administração designa um secretário da Sociedade, bem como o respetivo suplente, com as competências previstas na lei.

Política de remunerações

Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização

Processo de decisão e estrutura da remuneração

A Política de Remuneração dos órgãos de Administração e Fiscalização da APH está estruturada de forma a assegurar o equilíbrio entre a *performance* anual da empresa e a contribuição dos membros daquele órgão para essa mesma *performance*, sem desconsiderar os interesses de médio e longo prazo da própria entidade e do Grupo Ageas Portugal, sendo fixada anualmente precisamente para garantir consistência e coerência com os objetivos da entidade e do Grupo Ageas Portugal, para evitar conflitos de interesses e tendo em conta a política de gestão de riscos e controlo interno.

A remuneração dos membros do órgão de Fiscalização e dos membros não executivos do órgão de Administração poderá apenas comportar uma componente fixa (logo, não dependente do desempenho ou valor da entidade), enquanto a remuneração dos membros executivos do órgão de Administração poderá ser materializada numa componente fixa de remuneração e, eventualmente, numa componente variável. A determinação da atribuição e valor destas remunerações é efetuada pelo acionista em Assembleia Geral.

A decisão de atribuição da componente variável da remuneração, quando admissível, depende, para além do grau de cumprimento do orçamento anual, da solidez financeira da própria entidade, dos níveis de solvência e de *rating*, e da própria envolvente

económica e competitiva. Mais ainda, o pagamento da componente variável da remuneração, quando atribuída, tem lugar, preferencialmente, após o apuramento das contas de cada exercício económico e só em casos excecionais será atribuído durante esse exercício.

Critérios predeterminados para a avaliação do órgão de administração

A avaliação do desempenho dos membros executivos do órgão de Administração é feita pelo acionista, conforme modelo e estrutura hierárquica definida internamente no Grupo Ageas e sem prejuízo dos princípios enunciados na Política, podendo ser solicitado parecer do órgão de Fiscalização, se necessário. O desempenho é avaliado tendo em conta:

- o grau de realização dos objetivos considerados no *Business Plan* de médio e longo prazo, que é aprovado pelo Conselho de Administração;
- o desempenho individual de cada um (produtividade e contribuição para o desenvolvimento do negócio e capacidade de análise e resolução de problemas);
- o real crescimento da entidade e a riqueza efetivamente criada para os acionistas;
- a proteção dos interesses dos tomadores de seguros, segurados, participantes e beneficiários;
- a sua sustentabilidade a longo prazo; e
- o cumprimento das regras aplicáveis à atividade da entidade.

Importância relativa das componentes da remuneração do órgão de administração

A remuneração dos administradores que exercem funções executivas é constituída pelas seguintes componentes:

- a) remuneração fixa mensal, cuja definição terá por base o posicionamento competitivo face ao universo de empresas de referência nacional, podendo, quando se trate de Administradores que também exercem funções noutras sociedades do mesmo Grupo, ser considerado o seu enquadramento global nessas entidades, nomeadamente o nível remuneratório. Esta componente representa uma proporção suficientemente elevada da remuneração total, permitindo a aplicação de uma política plenamente flexível sobre a componente variável da remuneração, incluindo a possibilidade do seu não pagamento;
- b) remuneração variável anual eventual, paga preferencialmente após a aprovação das contas anuais em Assembleia Geral, cuja fixação tem por referência as práticas dos *players* de referência nos mercados em que estão presentes, sendo que a remuneração variável anual do conjunto dos administradores executivos não deve exceder 2% dos resultados das empresas que integram o grupo Ageas Portugal, antes de amortização de VOBA (*Value of Business Acquired*) ou *Goodwill*, no exercício a que diga respeito.

A atribuição da componente variável da remuneração está dependente do resultado da avaliação do membro executivo, a realizar nos termos da Política, assim como de os resultados evidenciarem um desempenho

positivo da entidade no último exercício, sendo expectável que no exercício em curso assim se mantenha (nomeadamente no que diz respeito aos limites impostos pelo controlo interno e pela solvabilidade da entidade).

A remuneração variável anual individual não poderá exceder 50% da remuneração fixa anual individual.

Informação sobre o diferimento do pagamento da componente variável e critérios de atribuição de remuneração variável em instrumentos financeiros do órgão de administração

A remuneração variável atribuída, quando superior a 35% do valor da remuneração fixa anual, será obrigatoriamente objeto de diferimento por um período de três anos subsequentes àquele a que respeita, sendo que o montante a liquidar no primeiro ano deverá ser superior ao dos seguintes. Não está prevista a existência de planos de atribuição de instrumentos financeiros ou de opções da sua aquisição sobre a própria entidade, podendo, no entanto, ser aplicado um plano de atribuição de ações do Grupo Ageas, sendo nessa matéria aplicável a própria Política do Grupo quanto a *Long Term Incentives* (nomeadamente *performance shares*).

Remuneração sob a forma de participação nos lucros ou de prémios

Tendo em conta a dimensão e a estrutura acionista, a componente variável, quando atribuída em função dos critérios estabelecidos na Política de Remunerações, será exclusivamente paga através de benefícios pecuniários e não sob a forma de participação nos lucros, exceto se deliberado em contrário.



Outros benefícios não pecuniários

Os membros executivos do órgão de Administração poderão ainda receber outros benefícios adicionais, pecuniários ou não pecuniários, desde que relativos ao exercício das suas funções e conforme vier a ser determinado pelo órgão competente (exemplos não exaustivos: utilização de viatura de serviço, despesas de habitação quando se justificar a deslocalização, ajudas de custos e despesas de alimentação).

Regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada

Pelo exercício das suas funções, os membros dos órgãos de Administração e de Fiscalização poderão ainda beneficiar de contribuições para regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada, e conforme vier a ser determinado pelo órgão competente, em termos de valores e modalidades dessas contribuições.

Pagamento de indemnizações a ex-membros executivos do órgão de administração relativamente à cessação das suas funções durante o exercício

Não houve qualquer pagamento desta natureza a registar.

Limites à compensação a pagar por destituição sem justa causa do órgão de administração

A compensação eventualmente acordada com os membros do órgão de administração, para casos de destituição sem justa causa, não deve ser paga se a cessação de funções resultar de um inadequado desempenho do membro cessante.

Montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo

Os administradores executivos poderão ser remunerados por várias empresas dentro do mesmo do grupo, considerando que desempenhem efetivamente esses cargos e seja em todos os casos cumpridos os termos das respetivas Políticas de Remuneração.

Contratos que ponham em causa a remuneração variável do órgão de administração

Nos termos da Política, é proibida a celebração de acordos entre os membros do órgão de administração e as entidades, ou terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada.

O montante anual de remuneração pago pela Ageas Portugal Holdings SGPS, S.A. aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização no exercício de 2016, de forma agregada e individual, é o seguinte:

Conselho Fiscal	Joaquim Patrício da Silva	3.333,60
Conselho Fiscal	Maria Rosa Almas Rodrigues	1.333,60
	Total (euros)	4.667,20

Regras de conduta

Código Deontológico

Independentemente do quadro legal e regulamentar aplicável às sociedades comerciais em geral e às empresas de seguros em particular, na APH vigora um Código Deontológico, elaborado de acordo com os *standards* do Grupo Ageas, que incorpora regras de funcionamento próprias e do comportamento individual de cada um dos Colaboradores e dos membros de órgãos estatutários, no exercício das respetivas funções.

Órgãos Sociais – Quadriénio 2016-2019

Mesa da Assembleia Geral	
Presidente	Maria Teresa da Silva Monteiro
Secretário	João José Carvalho Pereira
Conselho de Administração	
Presidente	António Cano Y Bosque
Vogal	Barry Duncan Smith
	Filip André Lodewijk Coremans
	Richard David Jackson
	Stefan Georges Leon Braekeveldt
Conselho Fiscal	
Presidente	Joaquim Patrício da Silva
Vogal	Maria Rosa Almas Rodrigues
Suplente	Miguel Luís Cortes Pinto de Melo
ROC	
Efetivo	KPMG & Associados (SROC)
Suplente	Representado por Inês Maria Bastos Viegas Clare Neves
	Vítor Manuel da Cunha Ribeirinho

# 4. Proposta de aplicação de resultados



## 4. Proposta de aplicação de resultados

O resultado líquido da Ageas Portugal Holdings, SGPS, S.A., apurado no exercício de 2016, foi de Euros 960,31 (novecentos e sessenta euros e trinta e um cêntimos).

Considerando o que consta do relatório do Conselho de Administração, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, propõe-se a seguinte aplicação:

- Euros 49,00 (quarenta e nove euros), para reserva legal;
- Euros 911,31 (novecentos e onze euros e trinta e um cêntimos), para resultados transitados.

Porto Salvo, 23 de fevereiro de 2017

O Conselho de Administração

### Publicações Obrigatórias

#### Percentagem de participação social

Ageas Insurance International, N.V. - 100%

#### Posição acionista e obrigacionista dos membros dos Órgãos Sociais

Acionistas / Obrigacionistas	Título	Nº de títulos à data de:		Transações em 2016			
		31-12-2016	31-12-2015	Aquisições	Alienações	Preço Unitário €	Data
Filip André Lodewijk Coremans	Ações Ageas	3.610	3.610		2.000	37,465	01-abr-16
	Ageas Restricted Share Units 2013 (Exp. 2016)	0	1.000	2.000		na	01-abr-16
	Ageas Restricted Share Units 2014 (Exp. 2017)	800	800				
	Ageas Options SOP 2006 (EP. 24,68, Exp. 2016)	0	5.973		5.973	Caducou	03-abr-16
	Ageas Options SOP 2007 (EP. 28,62, Exp. 2017)	4.778	4.778				
	Ageas Options SOP 2008 (EP. 16,46, Exp. 2018)	4.000	4.000				
	Ageas LTI - Incentive 2016 (Exp. 2017)	11.149	-	11.149		na	01-abr-16
António Cano Y Bosque	Ações Ageas	5.244	1.567		3.526	31,027	01-jul-16
	Ageas LTI - Incentive 2012 (Exp. 2016)	-	8.840	7.203		na	30-jul-16
	Ageas LTI - Incentive 2013 (Exp. 2017)	4.684	4.684				
	Ageas LTI - Incentive 2015 (Exp. 2019)	8.230	8.230				
Barry Duncan Smith	Ações Ageas	6.296	1.226		4.496	31,027	01-jul-16
	Ageas LTI - Incentive 2012 (Exp. 2016)	9.126	9.126	9.566		na	30-jul-16
	Ageas LTI - Incentive 2013 (Exp. 2017)	6.049	6.049				
	Ageas LTI - Incentive 2015 (Exp. 2019)	7.125	-				
Stefan Georges Leon Braekeveldt	Ações Ageas	5.200	1.508		3.540	31,027	01-jul-16
	Ageas LTI - Incentive 2012 (Exp. 2016)	-	9.356	7.232		na	30-jul-16
	Ageas LTI - Incentive 2013 (Exp. 2017)	5.072	5.072				
	Ageas LTI - Incentive 2015 (Exp. 2019)	7.652	7.652				

